

Introdução

A motivação para analisar a problemática da «raça» no contexto do «império colonial português» vem de 1998, altura em que comecei a trabalhar como assistente de investigação e tive a oportunidade de tomar contacto com estes temas. Tive posteriormente a possibilidade de desenvolver e aprofundar o meu interesse científico por eles, pois a problemática global do estudo do sofrimento, a que era dedicado o IV Curso de Mestrado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, permitia acolher um estudo sobre as representações inerentes à discriminação racial, sem dúvida fonte de sofrimento para uma grande parte da humanidade. Com efeito, embora desde o fim da segunda guerra mundial tanto o racismo como as interpretações racistas da realidade tenham sido postos em questão, tal não significa que estes tenham desaparecido. Fenómenos como a questão da maior ou menor aptidão de alguns grupos para determinadas tarefas continuam a ser debatidos. Embora no campo científico a ideia de «raça» esteja desacreditada, os preconceitos a ela associados podem brotar quando menos esperamos.

Em Portugal só muito recentemente se assistiu à produção de trabalhos científicos sobre o racismo, de que são exemplo as recentes publicações organizadas por Jorge Vala¹, que denunciam o «racismo subtil» dos portugueses. Porém, a nível nacional há ainda uma parca investigação no que diz respeito às representações raciais e, especificamente, às produzidas no âmbito do contexto do «império colonial português». O presente livro pretende preencher essa lacuna e analisar a problemática das representações raciais nas primeiras décadas do Estado Novo, problemática imbricada na do racismo.

¹ É o caso do livro intitulado *Expressões dos racismos em Portugal*, de Jorge Vala, Rodrigo Brito e Diniz Lopes, ed. em 1999 pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

A lógica clássica do racismo assenta na desigualdade de tratamento do que surge como diferente, tido como inferior. Iremos encontrar com frequência manifestações dessa lógica neste texto. A discriminação racial² existe quando se associam indivíduos com uma aparência física particular a uma determinada personalidade ou comportamento tidos como positivos ou negativos. Segundo Giddens, um racista é alguém que acredita que se pode dar uma explicação biológica para qualificar como superiores ou inferiores pessoas com determinadas características físicas (1989, p. 246). Assim sendo, o racismo é a inferiorização ou exclusão de um grupo em nome de razões apresentadas como naturais (Wieviorka, 1996, p. 345).

Aproveitamos ainda esta introdução para explicar que a utilização da expressão «côres» no título deste trabalho se prende com o facto de a cor da pele ter sido desde sempre um critério de classificação primacial, porque aparentemente objectivo. No entanto, passou a ser tido como um sinónimo, ou quase sinónimo, de «raça», ou seja, de uma noção mais abstracta a que se pretendeu dar um cunho científico. Com a nossa investigação pretendemos averiguar como foram representadas as populações sob o domínio português no contexto do império colonial. Nesse âmbito iremos analisar a relação entre essas representações e os significados atribuídos à noção de «raça»³. Estudar-se-ão, por um lado, as representações raciais vinculadas à política do Estado Novo, situado no contexto internacional do seu tempo, e a produção de saberes sobre a «raça» em Portugal. Por outro lado, pretendemos analisar as relações entre as formulações raciais difundidas nessa época em Portugal e as teorias raciais produzidas desde o século XVIII. Privilegiámos o estudo das «representações» porque estas constituem referentes culturais, «visões do mundo», que modelam a acção dos indivíduos. Neste estudo tivemos em conta essencialmente os trabalhos realizados no âmbito da antropologia e da história — os dois saberes académicos mais implicados na elaboração de representações sobre os naturais das antigas colónias portuguesas. A maioria das fontes utilizadas encontra-se em bibliotecas e arquivos nacionais. Realizámos também entrevistas no sentido de colmatarmos eventuais lacunas e complementarmos a informação obtida nos registos históricos.

No que diz respeito à terminologia, e no âmbito das expressões que utilizámos, tentámos, na medida do possível, não reproduzir categorias localizadas política e historicamente. Nalguns casos utilizámos aspas, noutros procurámos substituí-las por termos mais neutros. De qualquer forma, torna-

² Cashmore (1996), p. 306, considera a «discriminação racial» diferente das outras. As oportunidades negadas aos grupos discriminados não são baseadas nas suas capacidades e mérito individual, mas sim no facto de pertencerem a um determinado grupo, que é erroneamente julgado como tendo uma base racial.

³ Sobre o debate português em torno da ideia de «raça», v. Amorim *et al.* (1997).

-se por vezes quase impossível contornar determinadas situações e, por vezes, ao estarmos a inventar novas expressões para substituímos as «politicamente incorrectas» corremos o risco de estarmos a afastar-nos da realidade que estamos a tentar analisar. Algumas destas categorias⁴ têm sido objecto de grandes debates teóricos actuais em torno da questão colonial e, por vezes, não chega a existir um consenso dentro da própria comunidade científica. Assim sendo, no nosso texto, quando estamos a referir-nos às «populações colonizadas», ou «populações nativas», queremos designar as populações autóctones que no período analisado estavam sob o domínio português (entenda-se domínio colonial, adivinhando-se aqui uma relação desigual de poder entre «colonizadores» e «colonizados»); já a expressão «populações coloniais» engloba todos os habitantes dos então territórios ultramarinos portugueses e inclui os colonos, os comerciantes e os indivíduos com cargos de administração colonial, por exemplo, e que não são considerados «nativos» nem «indígenas».

O livro está estruturado em três capítulos. No capítulo 1 elaboraremos uma síntese dos significados que a ideia de «raça» adquiriu ao longo do tempo. É no âmbito de um contexto de história das ideias que surge o termo «raça», remetendo-nos para os séculos XVI e XVII. Neste período, as grandes viagens foram importantes, uma vez que constituíram um momento fulcral de elaboração de representações. Emergiram novas concepções, posturas e debates em torno da diferença que se queria apreender. A sua «história» influenciou e foi determinante para a construção do significado atribuído à «raça» e para a importância que a mesma viria a ter nos séculos XVIII e XIX no contexto de doutrinas racistas. A maioria dos investigadores deste fenómeno situa o surgimento do racismo⁵ no século XVIII, altura em que surgem propostas de elaboração de uma ciência «moderna» e em que ocorrem diversos debates sobre a origem da humanidade. Para a formulação da ideia de «raça» contribuíram filósofos, escritores, historiadores, viajantes e especialistas nas diversas ciências que estavam a ganhar terreno na época «moderna», inclusivamente antropólogos.

Como verificaremos, o revivalismo clássico e os ideais de beleza, exaltados durante o Iluminismo, conduziram à discriminação de todos aqueles que não se enquadravam no ideal estético clássico que viria a tornar-se a

⁴ A crítica à utilização de determinadas categorias iniciou-se em meados dos anos 50 do século XX com autores como Balandier (1955) e foi apropriada para a discussão do colonialismo como processo cultural, por exemplo, por Dirks (1992) ou das tensões geradas pelos «impérios» por Stoler e Cooper (1997).

⁵ Expressão forjada entre as duas grandes guerras (1914-1918 e 1939-1945). Entendemos aqui por racismo as manifestações discriminatórias influenciadas pela crença na existência de «raças» e na sua desigualdade.

«norma» a partir da qual os seres humanos eram avaliados. Movidos pela curiosidade, os «homens da ciência», entre outras tarefas, observaram, mediram e compararam crânios, procuraram explicações para as diferenças de pigmentação da pele e colocaram os indivíduos numa «escala racial» hierarquizada, na qual os ocidentais ocupavam os lugares cimeiros. Julgamos ser importante lembrar essa história do pensamento, que é também uma história das relações entre os saberes biológicos e culturais envolvidos na reflexão sobre a diversidade física e comportamental da humanidade.

No capítulo 2 centrar-nos-emos nos «discursos, imagens e saberes» que dizem respeito às antigas colónias portuguesas e aos seus habitantes nas primeiras décadas do Estado Novo. Começaremos por abordar a constituição do colonialismo português e o desenvolvimento de «saberes coloniais» a partir de finais do século XIX, procurando dar destaque aos que foram levados a cabo no âmbito da antropologia, que então dava os primeiros passos. Iremos analisar como foi institucionalizada a ideia de «império colonial português» e como foram concebidas, classificadas e hierarquizadas as populações que faziam parte desse império. O início do século XX — e principalmente as décadas de 30 e 40 — foi marcado por uma grande produção intelectual e de propaganda relativamente às colónias, inclusivamente com a organização de grandes congressos, como o I Congresso Nacional de Antropologia Colonial (1934) e os Congressos do Mundo Português (1940). Iremos assim analisar uma gama ampla de iniciativas que então ocorreram e de que forma elas chegaram a diferentes estratos da população, não só em termos sociais, mas também etários. Por outras palavras, tentaremos perceber que mensagens eram mais direccionadas para as massas populares ou para um público mais elitista, por um lado, e que mensagens eram destinadas ao público adulto ou ao público infante-juvenil, por outro, no sentido de averiguarmos se existem diferenças ou semelhanças entre elas.

É com esse espírito que examinaremos as representações das populações sob a administração colonial portuguesa nos livros de leitura da escola e do liceu e nos documentários e nos filmes de ficção que exploraram a temática ultramarina. Veremos como estes materiais vão ser veículos de transmissão dos ideais que se queriam transmitir e tentaremos perceber como neles surgiam as «populações nativas» e que tratamento recebiam. Durante a realização do nosso estudo encontrámos ideias recorrentes relativas a estas populações que procuraremos sistematizar no campo do discurso escrito, quer o que se deve a núcleos políticos e académicos, quer o que se deve a publicistas que produziam para a comunicação social de massas, quer ainda o produzido por missionários.

Analisaremos ainda no capítulo 2 o papel das principais instituições produtoras de «saberes antropológicos» sobre os habitantes dos espaços portugueses de além-mar e averiguaremos o grau de influência das representações

da «ciência» sobre as representações a nível político desses habitantes e o seu possível impacto na política colonial. Ainda neste capítulo abordaremos aspectos frequentemente evocados como estando associados à colonização portuguesa. Um dos mais comuns é o tópico de os portugueses não serem racistas e, sobretudo durante o período colonial, não terem estabelecido barreiras raciais com outros povos, havendo nos portugueses uma certa originalidade. Contudo, durante séculos enfatizou-se o conceito de «limpeza» ou «pureza de sangue» (Boxer, 1969, p. 212) e nos anos 30 e 40 do século xx alguns cientistas preveniram para os efeitos nefastos da miscigenação. Só no período pós-guerra vamos assistir a novas reformulações no sentido de se procurar equiparar as «populações colonizadas» aos portugueses da metrópole. No entanto, alguns dos preconceitos teimarão em persistir.

O capítulo 3 será dedicado à análise das grandes exposições nas quais Portugal participou ou que o poder político português organizou, sobretudo no período que vai de 1924 a 1940. A presença das colónias nessas exposições permitia dar uma imagem de glória do «império colonial». Analisaremos o processo de construção das exposições, os seus objectivos, o lugar dos «nativos» nas mesmas e de que forma aqueles são representados e tratados. Nas exposições procurava-se criar um espaço onde o visitante ficasse com a sensação de que viajava pelas próprias colónias e aí conhecia os seus habitantes. Foram, por isso, trazidos dos territórios de além-mar alguns dos seus habitantes autóctones (representações vivas) que não só estiveram em exposição, como aí trabalharam na sua construção e elaboração, fazendo as suas habitações típicas, por exemplo.

Depois de duas grandes realizações importantes no país, respectivamente em 1934, com a I Exposição Colonial Portuguesa, e em 1940, com a Exposição do Mundo Português, a primeira na capital do Norte e a segunda na capital da metrópole, faltava o centro contribuir para o fenómeno das exposições. Tal ocorre de certo modo com a construção do «Portugal dos Pequenitos» (PP⁶) em Coimbra, com a diferença de que, em lugar da presença dos próprios nativos, neste espaço vão estar em exposição esculturas, desenhos e fotografias. De notar que esta construção acabou por ter um carácter permanente e, por essa razão, ainda hoje podemos visitar o espaço. No conjunto das exposições, o nosso objectivo principal será averiguarmos qual o estatuto que os indivíduos autóctones que habitavam os territórios sob o domínio português tomam nestes espaços e de que forma a sua representação se relaciona ou não com o factor «raça».

Pensamos que a problemática deste livro continua a ser relevante neste tempo pós-colonial. Alguns preconceitos continuam vivos, apesar da contes-

⁶ Ao longo do texto ir-se-ão encontrar várias siglas cuja lista deve ser consultada no início. A razão pela qual as utilizámos prende-se com a sua frequência e com a economia de espaço.

tação científica de que o conceito de «raça» tem sido alvo. Queremos ressaltar, no entanto, que algumas das apreciações feitas ao longo deste trabalho dizem respeito ao contexto tratado e não à actualidade; embora as discriminações continuem a verificar-se, deparamo-nos hoje com uma conjuntura muito diferente. Não obstante, as ideias relativas à «raça» e à discriminação étnica continuam a figurar nos discursos políticos, sociais e económicos sobre reformas, política de imigração, punição criminal ou acção afirmativa⁷. Assim, esperamos que, ao investigarmos um passado relativamente recente, possamos contribuir para uma melhor percepção de problemas actuais.

⁷ A expressão «acção afirmativa» refere-se a programas vocacionados para alcançar a igualdade racial no local de trabalho e noutras esferas da sociedade. Alguns desses programas têm sido introduzidos nos EUA.